

Relatório & Contas 2018

Laboratórios Inpharma

Índice

1. **EMPRESA** 4
   - 1.1. **Enquadramento** 4
   - 1.2. **Estrutura Acionista** 4
   - 1.3. **Órgãos Socias** 5
   - 1.4. **Estrutura Funcional** 5
2. **ATIVIDADE** 6
   - 2.1. **Atividade Comercial** 6
   - 2.2. **Atividade Industrial** 9
   - 2.3. **Outras Atividades** 10
3. **CONTAS** 11
   - *3.1. Analise Económica e Financeira do Exercício* 11
     - *3.1.1. Principais indicadores Financeiros* 12
     - *3.1.2. Custos* 15
     - *3.1.3. Fornecimentos e serviços externos* 16
     - *3.1.4. Gastos com Pessoal* 16
     - *3.1.5. Resultados e Rentabilidade* 17
4. **ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES** 18
5. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 18

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O enorme sucesso alcançado com as celebrações do 25º aniversário do início da produção industrial da INPHARMA, superiormente presididas por Sua Excelência o Primeiro Ministro de Cabo Verde, Dr. Ulisses Correia e Silva, marcaram de forma decisiva a anuidade de 2018, reafirmando-se de forma inegável a importância da segurança de se produzir em Cabo Verde cerca de 35% do total de medicamentos consumidos neste País.



A vestutez da Unidade fabril, aliada à manutenção dos bloqueios logísticos de acesso aos nossos mercados internacionais, mantiveram o forte condicionamento das exportações contribuindo assim para a diminuição de 5% do nosso volume global de vendas.

Há 5 anos atrás foi lançado um enorme desafio de inverter o ciclo negativo que determinou que em 2013 a INPHARMA tivesse tido o seu único ano com resultados negativos e foi com a enorme sentido de responsabilidade que o novo Conselho de Administração então nomeado, o qual tive o previlégio de Presidir, assumiu a importante missão de recolocar a Empresa na sua trilha histórica de sucessos, podendo hoje afirmar que cumprimos com sucesso a missão que nos foi confiada.

Com a mais importante decisão dos accionistas da INPHARMA, neste último cinquénio, no sentido de avançar com o investimento numa nova unidade fabril à altura dos desafios do século XXI, cuja a primeira pedra tive o orgulho de ajudar o Senhor Primeiro Ministro a lançar, marca o fim de um ciclo na Empresa, epílogo desta nossa participação na Presidência desta histórica e muito relevante Instituição Cabo-verdiana.

Aos Accionistas o reconhecimento da enorme capacidade, lucidez, determinação e coragem na assumpção do necessário investimento no futuro da INPHARMA.

A nobreza com que o coletivo de trabalhadores encarou as necessárias medidas de reestruturação implementadas em 2014, aliadas à sua elevada competência e dedicação aos longos destes 5 anos ficam gravadas as linhas de ouro na história da INPHARMA, sendo eles os verdadeiros protagonistas da inversão do curso da Empresa.

À Directora Geral Interina, que conseguiu vencer paulatinamente os vários obstáculos surgidos ao longo da anuidade, fica o reconhecimento do meritório trabalho o qual foi suportado na equipa de diligentes Diretores.

Não posso terminar sem deixar uma palavra de agradecimento às duas Colegas do Conselho, Engª Sandra Coimbra e Dra. Ana Filomena Soares com os seus sábios e assertivos posicionamentos em todos os momentos vividos ao longo de 2018.

Obrigado pela confiança depositada e bem-haja a todos

Luís Vasconcelos Lopes

1. EMPRESA

1.1. Enquadramento

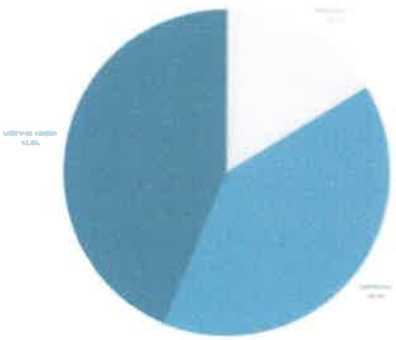
De 1993 a 2018, foram 25 anos a contribuir para criação de riqueza em Cabo Verde, criando postos de trabalhos especializados, disponibilizando produtos específicos e adaptados às necessidades do País e da região, reduzindo custos com a importação de medicamentos e aumentando o leque de produtos exportados pelo país.

As boas práticas da Empresa, aliadas à nossa política de responsabilidade social, fazem com que todos os nossos Colaboradores se sintam parte deste projeto. Pretendemos continuar a crescer, aumentar a nossa capacidade de produção, gerando mudança, com qualidade, rigor, competência e vontade de ser cada vez mais um importante "player" no setor.

No ano de 2018, um dos marcos importantes para empresa foram as atividades comemorativas dos 25 anos da Inpharma como Indústria farmacêutica a produzir em Cabo verde. Foram desenvolvidas várias atividades de carater social e técnico, sendo o ponto alto das comemorações a Gala 25 anos da Inpharma, realizada a 5 de Outubro de 2018, e que iniciou com o lançamento da primeira pedra da nova unidade fabril da Inpharma.

1.2. Estrutura Acionista

A Inpharma é uma sociedade anonima, com um capital social de 100.000.000$00 (ECV), cuja a estrutura acionista se distribui da seguinte forma:



1.3. Órgãos Socias

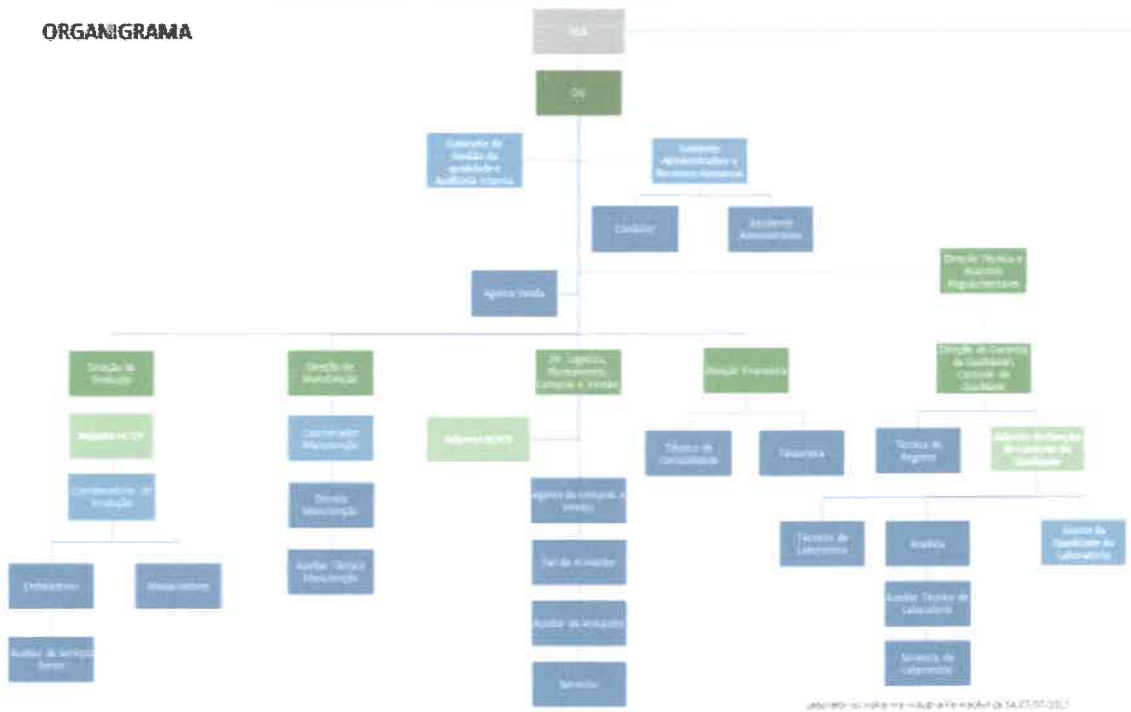
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Presidente - Jorge Marques Amaral
Vice-Presidente – Ana Ribeiro Duarte
Secretária - Isaura Mendes Monteiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente - Luis Miguel Vasconcelos Lopes
Administradora – Ana Filomena Cruz
Administradora - Sandra Patrícia Almiro Coimbra

FISCAL ÚNICO
BDO – Pina Fonseca

1.4. Estrutura Funcional

A estrutura funcional da empresa, não sofreu alterações, no ano de 2018.



2. ATIVIDADE

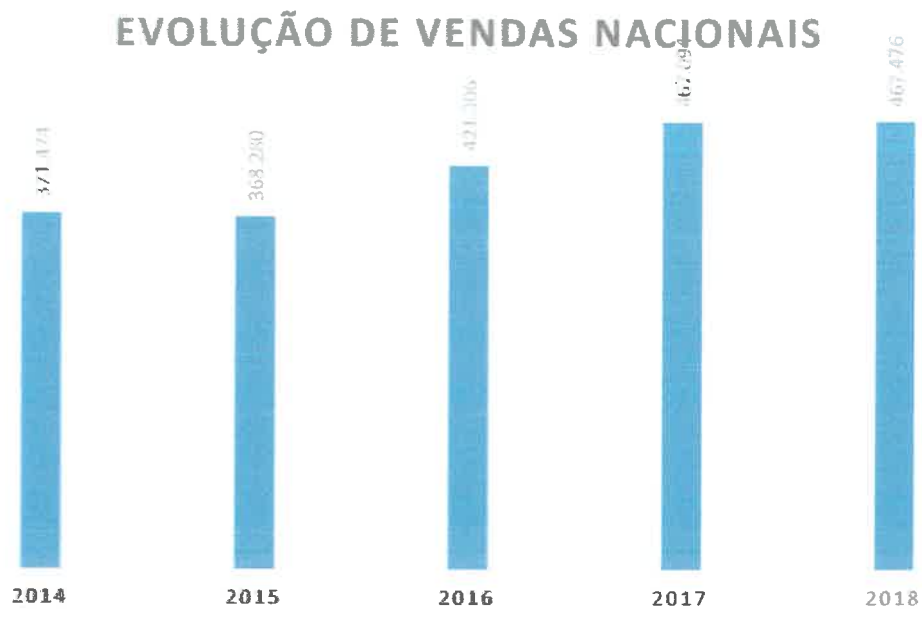
As atividades desenvolvidas foram sobretudo para garantir os nossos produtos no mercado, em tempo útil e com qualidade. Neste sentido os principais objetivos traçados foram:

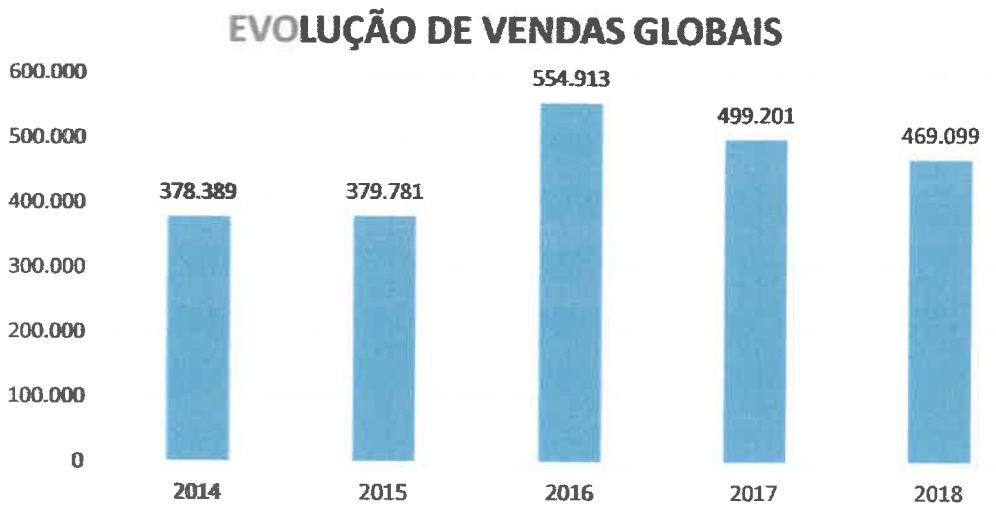
1. Implementação de stock mínimo
2. Adequação à nova legislação de Certificação em BPF
3. Extensão de sistema de qualidade na área fabril\ industrial
4. Implementação da ERP primavera na produção
5. Lançamento do projeto da nova unidade fabril,

tendo sempre como principais pilares, aumentar as vendas, mantendo os custos controlados e otimizando os recursos.

Em termos de volume de venda, o ano de 2018, foi marcado por um ligeiro aumento das vendas nacional em relação ao ano de 2017. A empresa atingiu 467.476 contos de volume de vendas no mercado nacional.

2.1.Atividade Comercial





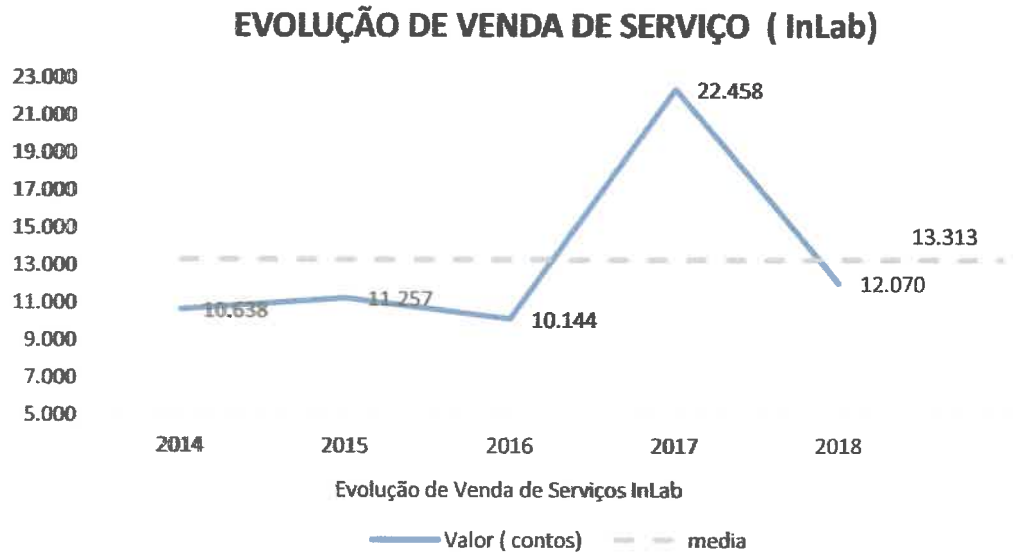
As vendas globais **diminuíram** em relação ao último ano, **resultado** da diminuição das vendas para **exportação.**

O mercado **nacional teve um ligeiro** aumento, tendência que tem vindo a verificar-se nos últimos **anos.**



As exportações continuam sendo instáveis, fruto, de um lado, da conjuntura política vivida em São Tomé e príncipe, nosso principal mercado de exportação, e por outro lado, dado à situação de suspensão dos voos da TAAG.





As vendas de serviços em 2018 foram inferiores a 2017, motivado pela redução da prestação de serviços relacionados com contratos pontuais, por tempo determinado, assinados com projetos concretos a nível regional e com instituições de cooperação com Cabo Verde.

2.2.Atividade Industrial

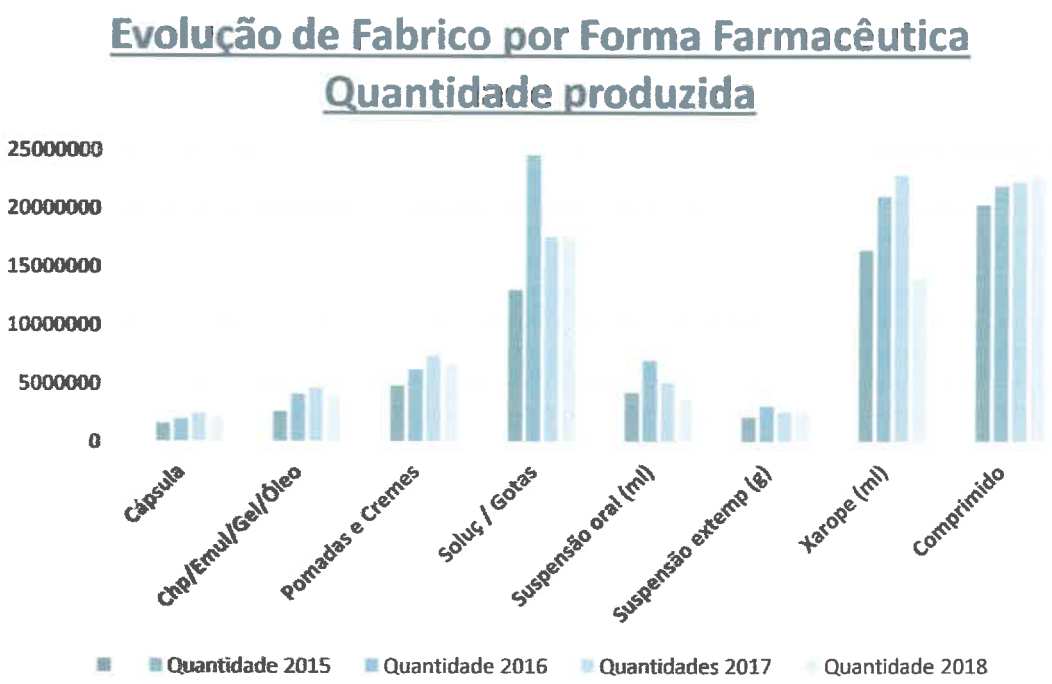
Registamos ao longo dos últimos dois anos grandes mudanças positivas nas atividades industriais da Empresa. De realçar:

- Implementação do sistema informático "Primavera" na produção e informatização de processos, com ganhos significativos no desempenho dos mesmos e na eficiência;
- O enquadramento dos processos da área fabril no sistema da qualidade da empresa, tendo sido efetuado com sucesso a extensão da certificação dos processos da área fabril
- A atualização permanente das BPF, seguindo as melhores praticas e acompanhando as exigências normativas nacionais e internacionais.

A atividade produtiva encontra-se resumida no quadro abaixo:

Atividade	Jan a dez./17	Jan a dez./18	Variação
Lotes produzidos	280	261	**-6,79%**
Embalagens comercias produzidas	967.641	1.106.767	**14,38%**
Embalagens hospitalares produzidas	293.813	153.542	**-47,74%**

Foram produzidos menos lotes, mas, entretanto, foram produzidas mais embalagens comerciais, o que se traduz em lotes de maior dimensão otimizando a cadeia de produção.



2.3.Outras Atividades

No que diz respeito à ***direção técnica e assuntos regulamentares***, as principais atividades desenvolvidas foram relacionadas à atualização das exigências normativas e de reforço de capacidade para a monitorização das BPF, introduzindo melhorias continuas no sentido de adaptar a nossa fábrica as atuais exigências das BPF/OMS estipuladas no Relatório número 48 de peritos da OMS sobre Normas orientadoras sobre Boas Práticas de Fabrico Medicamentos. "TRS/WHO 986, 2014.

Foram desenvolvidas com regularidade atividades no domínio de autoinspeção, auditorias internas e externas no sistema de qualidade da Empresa, assim como atividades formativas destinadas a reciclagem dos colaboradores nas mais diversas áreas de interesse para a nossa atividade, trazendo melhor desempenho dos mesmos.

Para acompanhar a unidade fabril na sua atividade de rotina fazendo a gestão do parque dos equipamentos, monitorizando e planeando a manutenção preventiva das nossas infraestruturas e património, a ***direção de manutenção*** é o sector que desenvolve estas atividades.

A nível de ***Recursos Humanos***, até ao dia 31 de Dezembro de 2018, a Empresa contava com 56 Colaboradores, distribuídos pelas diferentes áreas e sectores da empresa, sendo a maioria afeto à direção da produção.

A Idade média dos Colaboradores situou-se nos 45 anos (44.5 anos), com 42% dos colaboradores efetivos na faixa etária de maior que 40 anos, o que claramente traduz um efetivo com bastante experiência acumulada.

Foi realizada a reestruturação organizacional e foram realizadas várias formações, com o objetivo de dotar a Empresa de uma mão de obra cada vez mais qualificada, acompanhando as exigências normativas do mercado e do setor. Esta política em relação aos recursos humanos, foi com o objetivo de trazer mais eficiência à organização, otimizando os recursos, e reduzindo custos a curto-medio prazo.

3. CONTAS

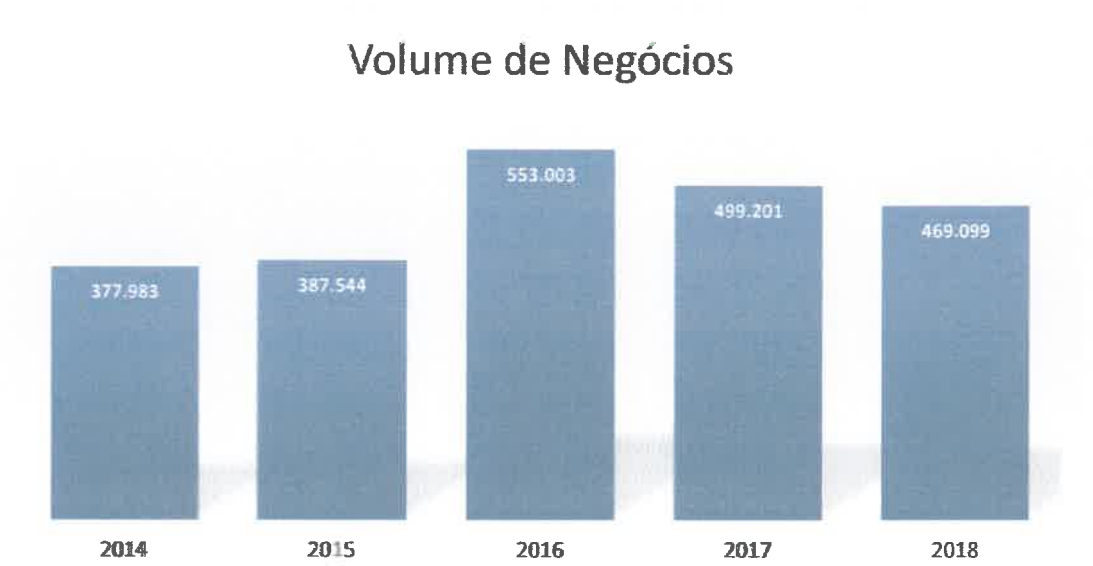
3.1.Analise Económica e Financeira do Exercício

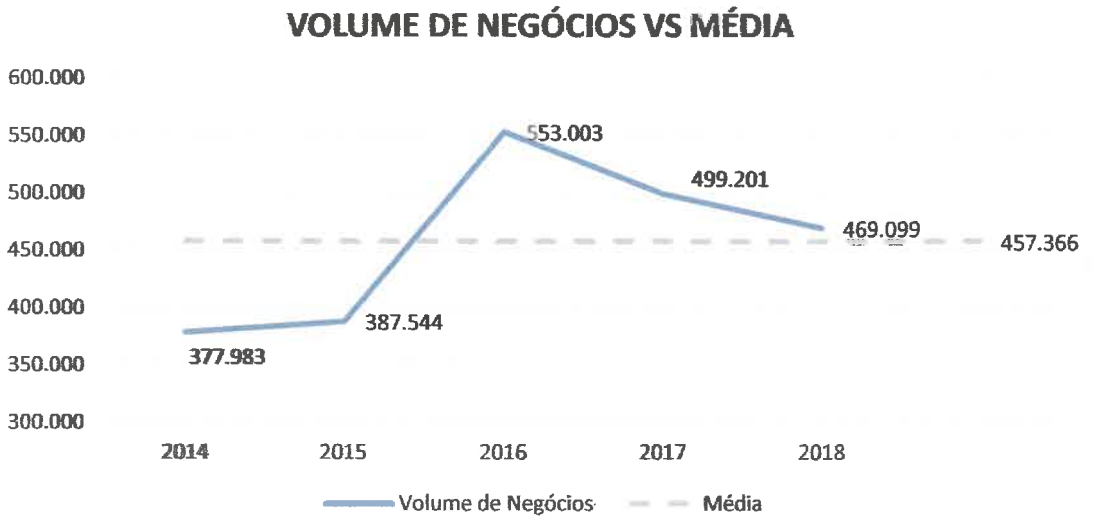
A nível financeiro, o resultado líquido após impostos, num montante de 75.225 contos, contra 93.804 contos, no ano de 2017, está sobretudo relacionada com a diminuição das vendas globais em 2018. As vendas globais em 2018, situaram-se 7% abaixo das vendas anuais globais de 2017.

3.1.1. *Principais indicadores Financeiros*

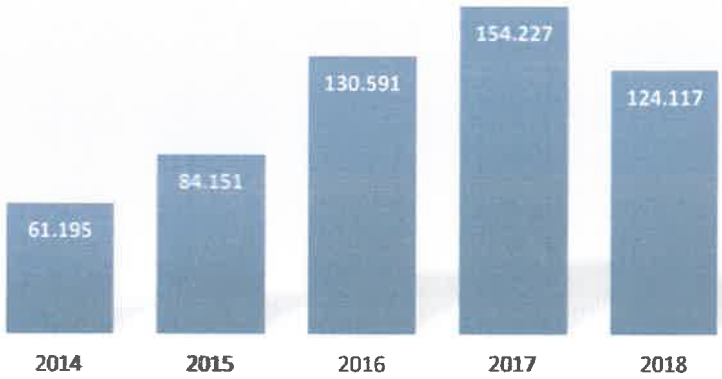
VARIAVEIS	Unidades	2014	2015	2016	2017	2018
BALANÇO						
Ativo Total	Contos	637.274	559.540	643.644	597.088	569.667
Passivo Total	Contos	320.278	213.294	242.019	143.909	100.407
Capital Próprio	Contos	316.997	346.246	401.625	453.179	469.260
VOLUME DE NEGÓCIOS		377.983	387.544	553.003	499.201	469.099
CONTAS DE EXPLORAÇÃO						
Resultado Operacional Bruto	Contos	224.312	231.348	280.480	297.722	277.648
Valor Acrescentado Bruto	Contos	160.415	173.518	231.366	244.907	221.454
EBITDA	Contos	61.195	84.151	130.591	154.227	124.117
Resultado Operacional	Contos	28.869	57.222	109.335	134.244	104.603
Resultados Líquidos do Exercício	Contos	10.332	34.248	74.506	93.804	75.225
RACIOS						
Autonomia Financeira	%	50%	62%	62%	76%	82%
Solvabilidade	%	99%	162%	166%	315%	467%
Liquidez Geral	%	123%	170%	190%	295%	343%
Liquidez Imediata	%	6%	31%	8%	47%	33%
Cash Flow		37.150	61.177	95.762	113.787	94.739
Rentabilidade do Ativo	%	2%	8%	16%	21%	18%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	3%	10%	19%	21%	16%
FUNCIONAMENTO						
Valor Acrescentado Bruto/Nº Empregados	Contos	2.674	3.044	4.207	4.373	3.955
Res. Operacional Bruto / Nº Empregados		3.774	4.059	5.100	5.316	4.958
Empregados Totais	Un	60	57	55	56	56

Os gráficos abaixo esquematizam os principais indicares financeiros dos últimos cincos anos:

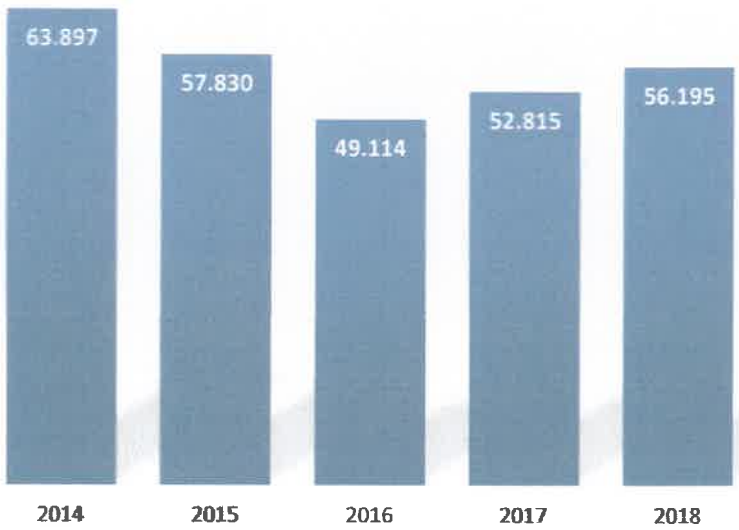


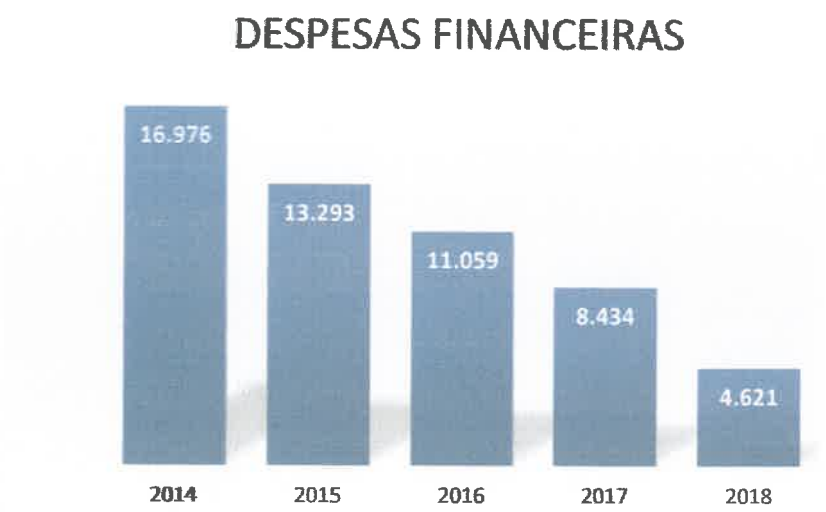


EBITDA


61.195
84.151
130.591
154.227
124.117
2014
2015
2016
2017
2018

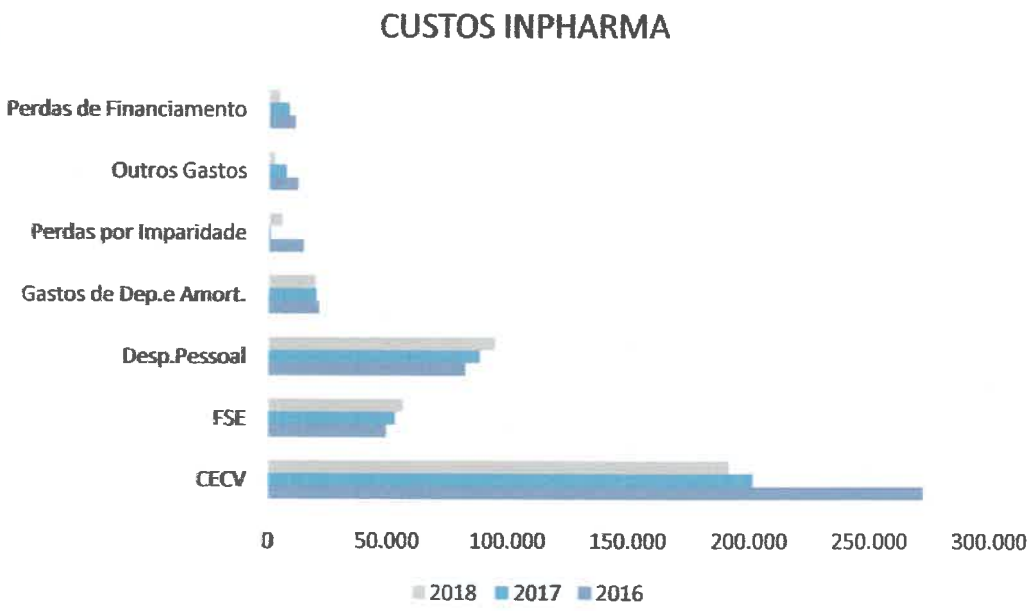
FSE


63.897
57.830
49.114
52.815
56.195
2014
2015
2016
2017
2018



3.1.2. Custos

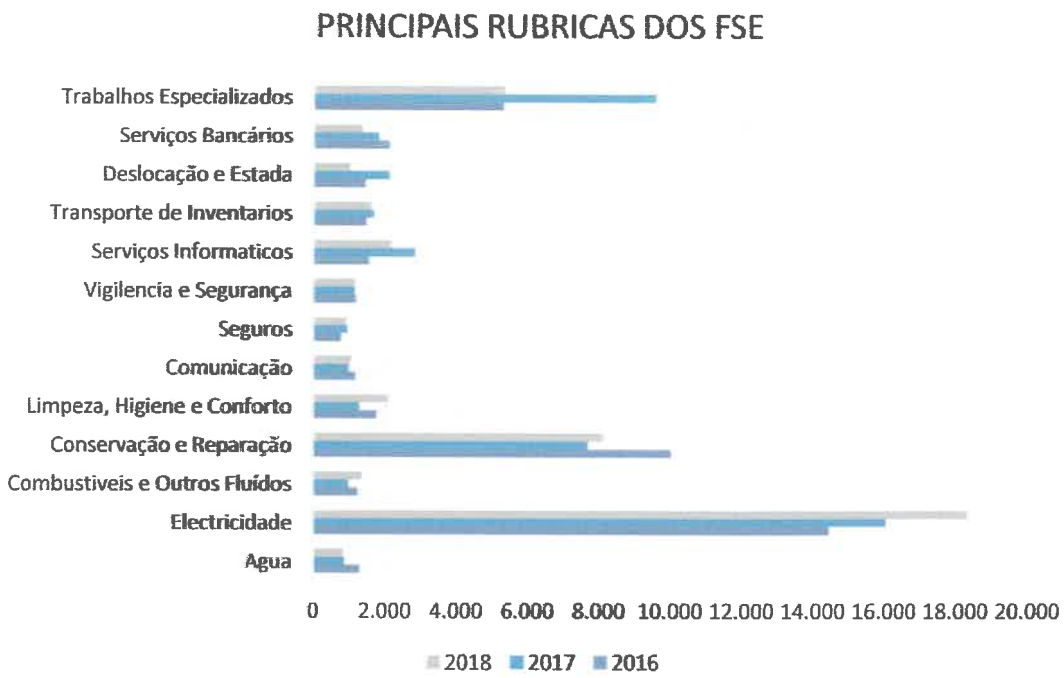
O desempenho dos custos da Inpharma pode ser visto no gráfico abaixo, onde se pode constatar uma redução em e todas as rubricas com a exceção dos FSE e despesas com o pessoal.



Custos Inpharma 2018

3.1.3. *Fornecimentos e serviços externos*

Uma análise detalhada mostra-nos que os custos com a eletricidade continuam a representar o maior peso nos custos de funcionamento (cerca de 33%), o que confirma que os custos de fatores em Cabo Verde, são elevados.



3.1.4. *Gastos com Pessoal*

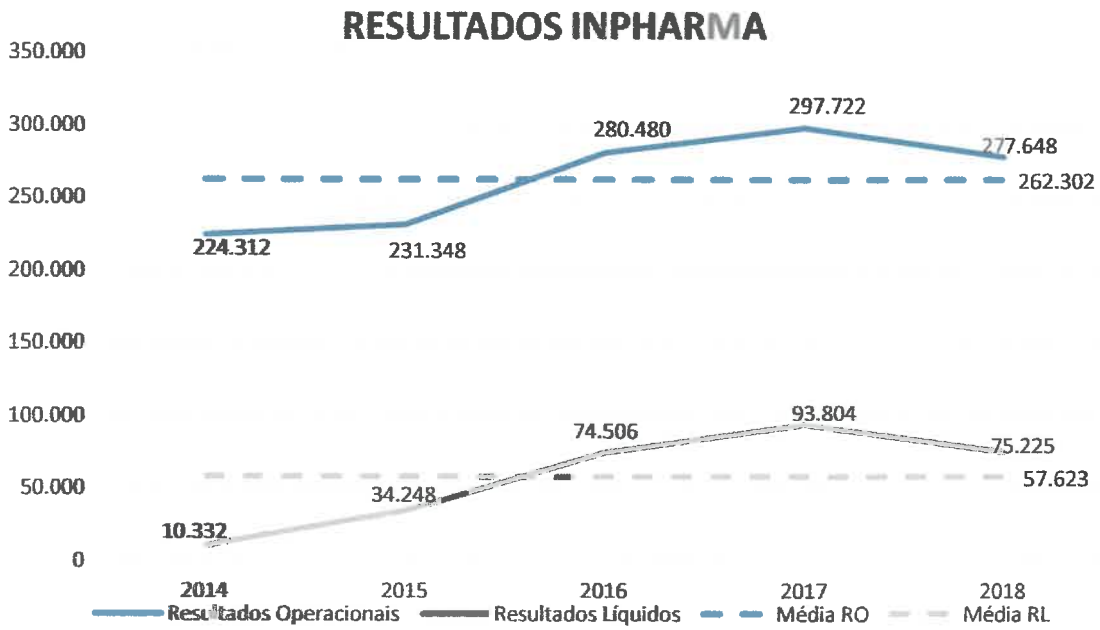
Em relação aos custos relacionados com o pessoal regista-se um aumento nas despesas com o pessoal, que vai de encontro às alterações efetuadas na Empresa e que representam mais valias a curto -medio prazo.



3.1.5. Resultados e Rentabilidade

Os resultados operacionais em 2018 foram de 277. 648 contos, verificando-se uma diminuição relativamente a 2017. Estes resultados conduziram a um resultado líquido após impostos, num montante de 75.225 contos.

Este resultado corresponde ao valor de 752 escudos por ação, proporcionando uma rentabilidade sobre os capitais próprios de 16%.



Evolução dos Resultados

4. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Desde 31 de Dezembro de 2018, até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inpharma é uma família que foi crescendo ano após ano, melhorando as suas práticas de fabrico, sempre a pensar na saúde dos Cabo-verdianos. A estabilidade da empresa só foi possível pelo contributo e pelo esforço, empenho, dedicação e disponibilidade dos colaboradores.
Aos colaboradores, o nosso reconhecimento e agradecimento!
Uma nota de apreço a todos os nossos parceiros, fornecedores e clientes pela pronta colaboração e contribuição no sucesso da Empresa.
Os nossos agradecimentos às Instituições Públicas e Privadas e aos Cabo-Verdianos em geral pela forma como se desenrolaram as nossas relações comerciais e institucionais.

Aos acionistas, o nosso agradecimento pelo apoio no contínuo desenvolvimento da empresa e aposta no seu futuro bem como pela prova de confiança manifestada nesta Administração.

Uma palavra de agradecimento aos Auditores pela qualidade do serviço prestado.

Praia, 14 de Março de 2019

O Conselho de Administração

Luís Vasconcelos Lopes | Sandra Coimbra | Ana Filomena Cruz

ANEXOS

INDICE DE ANEXOS

Anexo A – Relatório Tecnico

Anexo B – Mapas contabilísticos

Anexo C - Balancetes

Anexo D – Relatório e parecer do Fiscal Único

Anexo A – Relatório Tecnico

LABORATÓRIOS INPHARMA – INDUSTRIA FARMACÊUTICA, SA

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em Escudos - ESC)

INFORMAÇÃO GERAL

A entidade Laboratórios Inpharma – Indústria Farmacêutica, SA (adiante designada por Inpharma ou Empresa) foi criada em janeiro de 1991. O capital estatutário da Empresa integralmente realizado, é detido por entidades nacionais e estrangeiras.

O objeto da Inpharma, definido pelos seus atuais estatutos, consiste na produção, comercialização e exportação de medicamentos, artigos de higiene, cosmética e outros produtos médico-farmacêuticos e hospitalares, podendo dedicar-se também a outras atividades afins, conexas ou complementares, incluindo a importação de matérias-primas e subsidiárias relacionadas com o seu objeto social. Pode ainda adquirir participações em sociedades com objeto diferente do seu, reguladas por leis específicas.

NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 15 de Março de 2019, prevendo-se que sejam aprovadas sem alterações pelos acionistas na Assembleia Geral.

NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS, DERROGAÇÃO E COMPARABILIDADE

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Ativos fixos tangíveis e depreciações/ativos intangíveis e amortizações

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor de fatura do fornecedor, acrescido de gastos de compra e instalação, líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade, caso houver (ver Notas 1.2 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas são as seguintes:

Edifícios e outras construções	4%
Equipamento básico	12,5% - 20%
Equipamento de transporte	12,5% - 20%
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	4,5% - 33,33%
Outros ativos tangíveis	10% - 25%

Os ativos intangíveis compreendem programas de computador e certificações de qualidade (ISO 17025 e 9001).

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de atividade operacional, ao longo de três e cinco anos, respetivamente.

1.2 Imparidade de ativos

Caso existam, os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a depreciação, mas são objeto de testes de imparidade anuais.

Os ativos sujeitos as depreciações são revistas quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.3 Inventários e ajustamentos

As quantidades em armazém são apuradas no final de cada exercício económico através de inventariação física integral e exaustiva.

Os critérios valorimétricos dos inventários, adotados consistentemente ao longo dos exercícios, são os seguintes:

- Mercadorias e matérias-primas e subsidiárias – valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido das despesas de compra.

- Produtos acabados e intermédios - valorizados ao custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas e os custos diretos e indiretos de transformação.

- Os produtos e trabalhos em curso são valorizados considerando os custos fabris diretos e indiretos correspondentes à fase de fabrico em que se encontram.

O custeio dos consumos é determinado segundo o método do custo médio ponderado.

O ajustamento de inventário é calculado com base em critérios técnico-comerciais (ver Nota 6).

1.4 Investimentos financeiros

Referem-se a participações correspondentes a (i) 36% detida no capital da Empharma S. Tomé e Príncipe, a qual se encontra valorizada de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial, e (ii) 0,12% detida na Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, mensurada ao valor da cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

Segundo o Método da Equivalência Patrimonial o investimento é inicialmente registado pelo seu custo e, posteriormente, ajustado em função das alterações verificadas após a aquisição, na quota-parte do investidor nos ativos líquidos da participada.

A Empresa verifica em cada data de balanço se existe evidência objetiva de imparidade desses investimentos financeiros. Se existir tal evidência, a perda acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados.

Os preceitos contabilísticos vigentes em Cabo Verde não contemplam a preparação e apresentação de contas consolidadas.

1.5 Contas a receber de clientes e outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e outros devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor atual ou, caso aplicável, pelo valor descontado, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 7 e 9).

Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.

1.6 Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. O valor não realizado é registado na conta 251 - Accionistas c/subscrição, cujo saldo, havendo-o, é apresentado no balanço a deduzir ao capital subscrito, por forma a que o Balanço evidencie apenas o valor do capital realizado.

O capital social ascende a mESC 100 000 e encontra-se integralmente realizado.

Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

Caso existam, as prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.7 Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 vigorou o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos

termos do qual os prejuízos fiscais são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2011 a 2015 podem ainda vir a ser corrigidos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são classificados como ativo ou passivo não corrente.

1.8 Provisão para riscos e encargos

São constituídas provisões no balanço sempre que a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável de recursos incorporando benefícios económicos, venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

1.9 Reconhecimento do rédito

Os réditos decorrentes das vendas e das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador ou o serviço contratado é prestado.

A quantia do rédito é o valor nominal de caixa ou seus equivalentes recebidos ou a receber. Não são acordados diferimentos do pagamento nem condições especiais de financiamento, ocorrendo o recebimento em prazos em que se mostra adequado o reconhecimento pelo valor nominal de cada transação.

1.10 Gestão de riscos financeiros

A exposição da Empresa a riscos financeiros não é significativa.

(i) Risco cambial

O risco cambial é muito reduzido, dado que existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, essencialmente, efetuadas as compras e vendas ao estrangeiro. As vendas no mercado local são realizadas em Escudos.

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas fixas, pelo que a Empresa apenas será penalizada se as taxas de juro do mercado baixarem, o que não se perspetiva.

(iii) Risco de crédito

Sendo definidos limites e condições de crédito para os clientes e sendo parte significativa das vendas efetuadas a entidades públicas de Cabo Verde, não se considera existir risco de crédito significativo para essas entidades. O risco de crédito mais significativo relaciona-se com vendas a crédito efetuadas à participada Empharma e ao Estado de S. Tomé.

(iv) Risco de liquidez

A Empresa apresenta à data do balanço um fundo de maneio positivo na ordem dos 300 603 contos. Espera-se que continue a gerar fluxos de caixa operacionais positivos suficientes para suprir as suas necessidades de tesouraria, pelo que não apresenta risco significativo de liquidez. Tem, contudo, recorrido a financiamentos bancários para suprir necessidades pontuais de tesouraria.

1.11 Créditos e débitos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apurados nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidos nos resultados.

As transações em moeda estrangeira foram efetuadas, essencialmente, em Euros, cuja paridade para Escudos é fixa (1 Euro equivale a 110$265).

1.12 Especialização de exercícios

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos gerados, são registados no balanço nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar.

1.13 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no próprio ano civil em que ocorre o seu pagamento. Adicionalmente, a Empresa garante aos trabalhadores o pagamento de subsídio de férias o que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica outras contas a pagar (ver Nota 14).

Os trabalhadores encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.14 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente quanto aos eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer considerando o melhor conhecimento presente e a evolução prevista face às circunstâncias.

1.15 Derrogações

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNCRF.

NOTA 2 – FLUXOS DE CAIXA

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não sejam significativas.

NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos nestas rubricas decompõem-se como segue:

		31/12/2018				
		Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	**Saldo final**
Activo Bruto						
Terrenos e recursos naturais		2 225 528				2 225 528
Edifícios e outras construções		296 781 091				296 781 091
Equipamento básico		163 567 553	1 630 579			165 198 132
Equpamento de transporte		16 659 533	6 166 297		(2 265 625)	20 560 205
Equipamento administrativo		31 188 094	316 516			31 504 610
Outros activos fixos tangíveis		9 738 141				9 738 141
Activos fixos tangíveis em curso						0
	Total	520 159 940	8 113 392		(2 265 625)	526 007 707
		Saldo inicial	Depreciações do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	**Saldo final**
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						0
Edifícios e outras construções		162 417 088	11 584 135			174 001 223
Equipamento básico		143 439 465	2 665 547		1 654	146 106 666
Equpamento de transporte		13 969 512	1 359 329		(1 982 422)	13 346 419
Equipamento administrativo		26 223 759	2 227 565			28 451 324
Outros activos fixos tangíveis		8 440 276	160 154			8 600 430
Activos fixos tangíveis em curso						
	Total	354 490 100	17 996 730		(1 982 422)	370 506 062
Valor Líquido		**165 669 840**				**155 501 645**

		31/12/2017				
		Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	**Saldo final**
Activo Bruto						
Terrenos e recursos naturais		2 225 528				2 225 528
Edifícios e outras construções		296 781 091				296 781 091
Equipamento básico		160 350 412	3 217 140			163 567 552
Equpamento de transporte		16 659 533	0			16 659 533
Equipamento administrativo		29 877 096	1 310 998			31 188 094
Outros activos fixos tangíveis		9 435 279	302 862			9 738 141
Activos fixos tangíveis em curso		22 852			(22 852)	0
	Total	515 351 791	4 831 000		(22 852)	520 159 939
		Saldo inicial	Depreciações do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	**Saldo final**
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						0
Edifícios e outras construções		150 545 844	11 871 244			162 417 088
Equipamento básico		139 978 695	3 460 771			143 439 466
Equpamento de transporte		13 067 369	902 143			13 969 512
Equipamento administrativo		24 204 028	2 019 731			26 223 759
Outros activos fixos tangíveis		8 276 779	163 497			8 440 276
Activos fixos tangíveis em curso						
	Total	336 072 715	18 417 386			354 490 101
Valor Líquido		**179 279 076**				**165 669 838**

As aquisições mais relevantes em 2018 foram: (i) um Furgão IVECO - mESC 5 787; (ii) uma máquina MANESTY D3b e um jogo de punções - mESC 1 026 e, (iii) Paletes de Manutan – mESC 380.

Os edifícios e outras construções encontram-se hipotecados a favor do Banco Caboverdiano de Negócios (ver Nota 12).

Ativos intangíveis

Em 2018, não houve aquisição de ativos intangíveis.

NOTA 4 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Resume-se nos quadros seguintes as informações relativas às participações financeiras e participadas:

	Saldo em 31.12.2018	Alienação	Ganhos/(Perdas) de Justo valor	Saldo em 31.12.2017	Participação	Sede
Sociedade Caboverdeana de tabacos	1 540 000	-	685 000	855 000	0,12%	Mindelo
	1 540 000	-	**685 000**	**855 000**		

A participação na Sociedade Caboverdiana de Tabacos encontra-se valorizada ao preço da cotação na Bolsa de Valores, o qual em 31 de dezembro de 2018 era de ESC 4 000 (2017: ESC 2 900).

NOTA 5 – ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

As diferenças temporárias que se consubstanciaram em ativos por impostos diferidos, relacionadas com imparidades de clientes e inventários não aceites fiscalmente mantiveram-se inalteradas em 2018, ascendendo a ESC 3 135 000.

NOTA 6 – INVENTÁRIOS

O valor dos Inventários em 31 de Dezembro eram os seguintes:

	ESC	
	2018	**2017**
Mercadorias		
Inventários em armazem **(i)**	-	-
Inventarios em transito	-	-
Perdas por imparidades acumuladas	-	-
	-	-
Produtos acabados e semiacabados		
Inventários em armazem	63 777 019	62 677 665
Ajustamentos em inventario	(3 649 315)	0
	60 127 704	62 677 665
Produtos e trabalhos em curso	3 343 992	1 131 831
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
Inventários em armazem	95 022 888	82 165 357
Inventarios em transito	9 506 689	1 136 281
Perdas por imparidades acumuladas	(1 736 972)	-
	102 792 605	83 301 638
	166 264 301	**147 111 133**

NOTA 7 – CLIENTES

O saldo da rubrica Clientes a 31 de Dezembro decompunha-se como se mostra abaixo:

	ESC	
	2018	**2017**
Clientes conta corrente		
Entidades públicas		
Direcção Geral de Farmácias	122 793 122	138 559 998
Hospital Agostinho Neto	1 914 545	1 929 950
Hospital Baptista de Sousa	1 208 110	894 747
Hospital Regional Santiago Norte	955 678	661 137
	126 871 455	142 045 832
Entidades privadas		
Emprofac	50 565 558	43 617 797
Outras	3 851 820	6 821 445
	54 417 378	50 439 242
Entidades Internacionais		
Ministerio de Saúde de S. Tomé e Principe	12 757 671	12 757 671
Empharma STP	22 583 566	22 583 266
JGB-Sociedade Farmacêutica	409 136	409 136
Labesfal Farma PT	463 113	-
Fundo Nacional de Medicamentos	(497 539)	
Outras	8 800	8 800
	35 724 747	35 758 873
	217 013 580	**228 243 947**
Menos:		
Perdas por imparidade acumuladas	26 345 049	27 913 721
	26 345 049	27 913 721
	190 668 531	**200 330 226**
Adiantamento de clientes		
Direcção Geral das Pescas	1 659 717	1 659 717
Fundo Nacional de Medicamentos	-	-
	1 659 717	**1 659 717**

Em 2018, não foram reconhecidos novos clientes com risco de incobrabilidade e ocorreu a reversão de perdas por imparidades em dividas a receber no montante de mESC 1 569.

O saldo em 31 de dezembro de 2018 é considerado adequado face aos riscos de cobrança identificados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial.

NOTA 8 – ESTADO E OUTOS ENTES PÚBLICOS

		ESC			
		2018		2017	
		Activo	Passivo	Activo	Passivo
Saldo devedor					
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	(i)	6 237 069		8 150 384	
Retenção de impostos sobre rendimentos - Pagamentos por conta	(iii)	-		-	
Retenção de impostos sobre rendimentos	(ii)	-	1 761 743	-	1 111 947
Contribuições para a Previdência Social	(ii)		1 640 024		2 348 459
Imposto sobre o rendimento - estimado	(iii)		50 428		22 829 520
Outros	(iv)		352 237		335 696
		6 237 069	3 804 432	8 150 384	26 625 622

(i) IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

Corresponde ao valor do IVA a favor da Empresa referente aos exercícios de 2016 a 2018, tendo até à data do balanço sido submetidos pedidos de reembolso no valor de mESC 3 825 (Ano: 2016), 4 325 (Ano: 2017).

Dos reembolsos solicitados, foi homologado em 2017 o montante de mESC 3 825.

O reembolso solicitado do ano 2017 foi homologado em 2018 e liquidado no mesmo período no valor de mESC 4 310.

(ii) Retenção de impostos sobre rendimentos/Contribuições para a Previdência Social

Correspondem, essencialmente, aos processamentos das (a) retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal e (b) contribuições da Empresa para a previdência social, referentes ao mês de dezembro, a liquidar em janeiro de 2019.

(iii) Imposto sobre o rendimento - estimado

Os encargos dos exercícios de 2018 e de 2017, evidenciados na Demonstração dos resultados líquidos, foram calculados como segue:

	mESC	
	2018	2017
Resultado antes de impostos	100 446 026	127 785 000
A adicionar		
Gastos com viaturas ligeiras de passageiros 30%	552 205	160 179
Perdas por imparidade não aceites	-	958 000
Despesas com representação 50%	34 272	-
Imposto sobre o valor acrescentado	108 191	154 000
Insuficiência de estimativa de imposto sobre o rendimento	-	-
Imposto ùnico sobre património	122 386	122 000
Perdas imputáveis a exercícios anteriores	404 686	4 516 000
	1 221 740	5 910 179
A deduzir		
Dividendos recebidos	(237 405)	(237 405)
Donativos - Lei do Mecenato	(1 789 048)	(272 000)
Reversões em inutilizações em inventarios	-	-
Mais valia sobre alienação de viatura	435 547	-
Reverões de Perdas por imparidade em divida à receber aceites	(1 400 745)	-
	(2 991 651)	(509 405)
Matéria Colectável	98 676 115	133 185 774
Taxa aplicável	25,5%	25,5%
Encargo corrente do imposto sobre rendimento	25 162 409	33 962 372
Efeito líquido do imposto diferido (ver Nota 5)	-	-
Tributações Autónomas	58 648	19 000
Encargo do exercício com imposto sobre rendimentos	**25 221 057**	**33 981 372**

NOTA 9 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

Não há saldos na rubrica outras contas a receber em 2018 (o saldo de 2017 correspondia à adiantamentos à Unitel T+).

NOTA 10 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	ESC	
	2018	**2017**
Caixa	238 162	12 844
Depósitos à ordem		
Banco Comercial do Atlântico	5 035 203	6 560 869
Banco Interatlântico	252 552	254 622
Caixa Económica de Cabo Verde	4 616 702	2 904 960
Banco Caboverdiano de Negócios	27 395 310	8 319 242
Banco Espirito Santo	0	688 287
Banco Africano de Investimentos	2 939 910	1 544 770
Ecobank de Cabo Verde	1 449 782	3 301 172
	41 689 459	23 573 922
Depósitos à prazo		
Banco Africano de Investimentos	-	35 000 000
Ecobank	-	9 107 450
	-	44 107 450
	41 927 621	**67 694 216**

NOTA 11 – CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital social, integralmente realizado, está representado por 100.000 ações com o valor nominal de ESC 1 000 (mil escudos) cada e é detido por entidades nacionais.
Segundo os estatutos, os lucros líquidos apurados terão a seguinte aplicação:

(a) 5% para Reserva Legal, até esta totalizar pelo menos 20% do capital social, não sendo livre para distribuição.

(b) Uma percentagem para a constituição de quaisquer outros fundos ou reservas, mediante aprovação da Assembleia Geral.

(c) Valor remanescente para dividendos aos sócios.

A Reserva Legal só pode ser utilizada (i) para cobrir a parte do prejuízo registado no balanço de cada exercício que não possa ser coberta pela utilização de outras reservas, (ii) para cobrir os prejuízos transitados de exercícios anteriores que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e (iii) para incorporação no capital estatutário.

As outras reservas estão disponíveis para distribuição aos acionistas, na componente não necessária para cobrir as perdas do exercício e transitadas.

O resultado do exercício de 2017, no montante de mESC 93 804, teve a seguinte aplicação: (i) Outras reservas - mESC 34 661, (ii) mESC 50 000 - distribuídos a título de Dividendos e (iii) mESC 9 143 - destinado aos trabalhadores como prémio de produtividade, reposição de perdas de retribuições e gratificação de gestão para Conselho de Administração, conforme deliberação dos acionistas em Assembleia Geral.

NOTA 12 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	2018			2017		
	Montante utilizado			Montante utilizado		
	Correntes	Não Correntes	Total	Correntes	Não Correntes	Total
Mercado de Valores Mobiliários						
Empréstimo obrigacionista	20 000 014	-	20 000 014	20 000 000	20 000 015	40 000 015
Empréstimos bancários						
Banco Caboverdeano de Negócios	18 273 884	-	18 273 884	16 923 685	18 273 884	35 197 569
	38 273 898	**-**	**38 273 898**	**36 923 685**	**38 273 899**	**75 197 584**

Empréstimo obrigacionista

A Empresa procedeu, em dezembro de 2013, a uma Oferta Particular de Subscrição e de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 120 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de ESC 1 000 cada.

Os principais termos e condições do empréstimo segundo o último acordo resumem-se como segue:

(i) Maturidade de seis anos a contar da data de subscrição, com amortização em 12 prestações semestrais de capital e juros.
(ii) Taxa de juro nominal fixa de 7% ao ano.
(iii) Destinam-se a financiar a atividade corrente da Empresa, permitindo-lhe também a diminuição dos custos financeiros atuais bem como reforçar a sua capacidade financeira, visando modernização da estrutura produtiva tendo em vista o aumento das exportações.
(iv) O empréstimo tem subjacente a consignação das receitas provenientes dos fornecimentos à empresa EMPROFAC.

Empréstimo bancário – BCN

Representa o saldo remanescente de um empréstimo concedido pelo BCN em 2009, destinado a financiar a construção do novo edifício. Vence juros à taxa anual de 7,5%, sendo reembolsável em prestações trimestrais, vencendo-se a última em 2019.
O empréstimo encontra-se garantido por hipoteca sobre o edifício da sede da Empresa, cujo saldo contabilístico ascende a mESC 122 780 (ver Nota 3).

NOTA 13 – FORNECEDORES

O saldo da rúbrica Fornecedores decompõe-se como segue:

	ESC	
	2018	**2017**
Fornecedores nacionais		
Electra	1 469 629	1 995 179
Emprofac	60 540	5 750
Agemar	220 304	261 879
Impar	2 116 270	254 939
Tecnobento	-	-
Isone, Sa	-	184 000
ADS - Agua de Santiago	-	90 393
Outros, de valor individual reduzido	755 845	605 471
	4 622 588	3 397 611
Fornecedores estrangeiros		
Labesfal Portugal Lda	24 011 280	26 482 030
Sintoquímica	4 801 821	-
Laboratoires Humeau	1 638 943	87 881
Lusifar, Lda	104 796	1 091 624
Labor spirit, lda	2 458 911	-
Disproquima Portugal	-	44 657
E.M.Godinho	18 084	40 578
Controlvet, Lda	368 724	168 154
Laboris	1 564 660	-
IST - Instituto Superior Tecnico de Lisboa	1 113 900	-
DCSpharma	2 715 827	-
LEF - Inforsaúde	399 407	-
Proaromatica Aromas Alimentares	465 870	-
Helm Portugal	1 102 650	-
Coliplás	3 430 483	832 082
Outros, de valor individual reduzido	679 660	118 290
	44 875 016	28 865 296
	49 497 604	**32 262 907**
Adiantamentos a fornecedores		
JRS	1 623 755	125 354
Carrier	42 722	455 475
JM Consulting	-	
Outros, de valor individual reduzido	-	109 053
	1 666 477	**689 882**
	47 831 128	**31 573 025**

Os saldos em moeda estrangeira são expressos em Euros.

NOTA 14 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo decompõe-se como segue:

	ESC	
	2018	**2017**
Encargos com férias e respectivos encargos	5.470.315	5.185.039
Encargos a liquidar no ano seguinte	1.041.588	1.131.927
Outros	175 991	31 034
	6.687.894	**6.348.000**

NOTA 15 – Diferimentos

	ESC	
	2018	**2017**
Diferimentos do activo (Ver Nota 15)		
Diferimentos de gastos		
Gastos a reconhecer		
Caixa postal do ano 2019/2018	3 000	3 000
Enacol referente ao mês de Janeiro 2019/2018	102 010	101 537
Visionware renovação licença	78 508	64 193
Unitel t+ pre pago Janeiro2019/2018	15 000	31 217
Seguros de viaturas	108 442	57 520
Seguros do edificio e mercadorias	1 724 439	-
	2 031 399	**257 467**
Rendimentos a reconhecer		
Juros do Banco BAI à receber em 2018	-	**1 402 819**
	2 031 399	**1 660 286**

	ESC	
	2018	**2017**
Diferimentos do passivo (Ver Nota 15)		
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios de investimentos	1 991 692	2 447 314
	1 991 692	**2 447 314**

O saldo no passivo releva o subsídio para investimento atribuído pela OOAS – "Organisation Ouest Africaine de la Santé" para aquisição de equipamentos de laboratório, no montante de mESC 2 902, deduzido de mESC 910 correspondentes às depreciações já contabilizadas do bem subsidiado.

NOTA 16 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

	ESC	
	2018	**2017**
Vendas de mercadorias	1 247 596	30 249 977
Vendas de produtos acabados	454 796 358	446 492 564
Vendas de serviço	13 054 631	22 458 660
	469 098 584	**499 201 201**

As prestações de serviços referem-se a análises laboratoriais.

NOTA 17 – VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DE PRODUÇÃO

	ESC	
	2018	**2017**
Produtos acabados e semiacabados		
Inventário inicial (ver Nota 6)	(63 809 495)	(58 136 020)
Inventário final (ver Nota 6)	63 471 696	63 809 495
Regularização de inventários	-	414 063
Diminuição/Aumento	-	-
	(337 799)	**6 087 538**

NOTA 18 – GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

	ESC	
	2018	**2017**
Mercadorias		
Inventário inicial (ver Nota 6)	-	-
Compras	1 264 474	23 717 573
Inventário final (ver Nota 6)	-	-
	1 264 474	23 717 573
Matérias primas, Sub, ou de consumo		
Inventário inicial (ver Nota 6)	83 301 638	73 530 004
Compras	205 146 426	175 948 166
Inventário final (ver Nota 6)	(102 792 605)	(83 301 638)
	185 655 459	166 176 532
Subcontratos relacionados com prestação de serviços	4 192 215	5 497 206
Total Gastos com inventarios	**191 112 147**	**195 391 310**

NOTA 19 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Composição:

	ESC	
	2018	2017
Electricidade	18.322.070	16.034.627
Conservação e reparação	8.097.384	7.681.263
Trabalho especializado	5.319.702	9.559.757
Eventos	2.898.440	-
Serviço de informaticos	2.169.644	2.827.321
Limpeza, higiene e conforto	2.090.857	1.273.347
Estudos e pareceres	2.086.637	-
Material divers para laboratório	1.883.275	1.037.236
Transporte de mercadorias	1.599.002	1.674.457
Combustíveis	1.362.449	973.909
Serviços bancarios	1.347.160	1.812.468
Transporte do pessoal	1.184.659	1.258.470
Vigilência e segurança	1.152.200	1.147.200
Comunicação	1.054.789	979.915
Deslocação e estada	1.016.694	2.094.914
Seguros	917.288	940 549
Material de publicidade e propaganda	848.142	209.320
Agua	834.378	868.117
Honorarios	360.000	360.000
Material de escritorio	148.916	523.004
Outros, de valor individual inferior a mESC 1 000	1.501.420	1.559.600
	56 195 105	**52 815 474**

A rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos registou um acréscimo em relação ao ano de 2017 de 6,39% decorrente dos acréscimos verificados em eletricidade, combustíveis, conservação e reparação, material de publicidade e propaganda, serviço de limpeza, eventos e estudos e parecer.

A subida dos preços regulados pela ARE foi o fator mais relevante para o aumento significativo dos custos de eletricidade (14,26%) em relação a 2017.

O aumento ocorrido na rubrica de Conservação e reparação (3,99%) deveu-se ao facto de ter havido um maior número de reparações nas máquinas de produção e nos edifícios.

A créscimo ocorrido na rúbrica de Limpeza, Higiene e Conforto (64,21%) face a 2017 relaciona-se, essencialmente, com a contratação duma empresa de limpeza (Preservice, Lda).

A rubrica Eventos releva os gastos incorridos com a comemoração do 25º aniversário da Empresa.

A rubrica Estudos e pareceres, no montante de 2 087 contos, refere se aos estudos associados à construção prevista para 2019 da nova unidade de fabril.

NOTA 20 – GASTOS COM O PESSOAL

	ESC	
	2018	**2017**
Remunerações dos órgão sociais	6 890 504	6 653 483
Ordenados e salários	54 419 333	49 542 994
Encargos sobre remunerações	9 847 972	9 180 855
Outros gastos com o pessoal	23 153 966	22 635 611
	94 311 775	**88 012 943**
Nº médio de trabalhadores	56	56

Os outros gastos com o pessoal decompõem-se como segue:

	ESC	
	2018	**2017**
Prévisão de férias	5.470.315	5.484.552
Subsídio de fim de ano	4.569.714	4.429.858
Isenção de horario	3.025.880	2.330.040
Encargos com rereições	3.800.160	3.928.495
Subsídio isento	1.382.090	911.459
Formação	1.015.226	14.998
Seguros de acidente de trabalho	1.624.824	1.486.975
Outras	2.265.756	4.049.234
	23.153.966	**22.635.611**

NOTA 21 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Compreende, (i) mESC 456 relativos à imputação do subsídio de equipamento doado pela OOAS, correspondente à parte proporcional do equipamento amortizado no exercício, (ii) mESC 2 401 referentes a diversas correções relativas a exercício anterior, e, (iii) mESC 237 referentes a dividendo de SCT.

NOTA 22 – OUTROS GASTOS E PERDAS

	ESC	
	2018	**2017**
Perdas		
Donativos mecenatos	1 376 191	209 248
Insuficiência da estimativa para imposto	-	312
Impostos directos e indirectos	615 268	613 711
Outros	733 206	6 637 589
	2 724 665	**7 460 860**

NOTA 23 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

O saldo de mESC 19 513 (2017: mESC 19 983) compreende mESC 17 997 (2017: mESC 18 417) de depreciação do exercício de ativos fixos tangíveis (ver Nota 3) e mESC 1 986 (2017: mESC 1 566) de amortização de ativos intangíveis.

NOTA 24 - JUROS E GANHOS SIMILARES OBTIDOS

O saldo de mESC 464 (2017: mESC: 1 975) refere se a juros resultante dos depósitos ao prazo que a Empresa possuía no BAI e no ECOBANK.

NOTA 25 - JUROS E PERDAS SIMILARES SUPORTADOS

O saldo desta rubrica compreende (i) mESC 2 084 de juros de financiamentos bancários (2017: mESC 3 598); (ii) mESC 2 477 de juros de empréstimos obrigacionista (2017: mESC 4 807) - ver Nota 12 e; (iii) mESC 60 de diferenças de câmbio.

NOTA 26 – RESULTADO BÁSICO POR ACÇÃO

O resultado por ação básico é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número de ações, como segue:

	ESC	
	2018	**2017**
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	75 225 026	93 803 975
Nº de acções	100 000	100 000
Resultado por acção básico (ESC)	**752**	**938**

NOTA 27 - GARANTIAS

As garantias prestadas pela Empresa relacionam-se com financiamentos obtidos e encontram-se descritos na Nota 12.

NOTA 28 - PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações ocorridas em 2018 e 2017 entre a Empresa e as partes relacionadas sumarizam-se como segue:

	2018					2017				
	Balanço			Transacções		Balanço			Transacções	
	Clientes (ver Nota 7)	Out.contas receber (ver Nota 9)	Fornecedores (ver Nota 13)	Compras	Vendas	Clientes	Out.contas receber	Fornecedores	Compras	Vendas
Emprofac	50 565 558		60 540	387 392	341 210 175	43 617 797		5 750	37 014	275 555 814
Labesfal Farma PT	-		24 011 280	102 496 200	463 113	-		26 462 030	103 912 467	1 917 894
Labesfal Farma CV	-		-	699 958	-	4 000		(455 475)	8 690	-
Empharma	-	-	-	-	-	22 583 266	(4 378 252)	-	-	-
	50 565 558	-	24 071 820	103 583 550	341 673 288	66 205 063	(4 378 252)	26 943 255	103 958 171	277 473 708

NOTA 29 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O REGIME DE ACRÉSCIMO

	ESC	
	2018	2017
Diferimentos do activo (Ver Nota 15)		
Diferimentos de gastos		
Gastos a reconhecer		
Caixa postal do ano 2019/2018	3 000	3 000
Enacol referente ao mês de Janeiro 2019/2018	102 010	101 537
Visionware renovação licença	78 508	64 193
Unitel t+ pre pago Janeiro2019/2018	15 000	31 217
Seguros de viaturas	108 442	57 520
Seguros do edificio e mercadorias	1 724 439	-
	2 031 399	**257 467**
Rendimentos a reconhecer		
Juros do Banco BAI à receber em 2018	-	**1 402 819**
	2 031 399	**1 660 286**

	ESC	
	2018	**2017**
Diferimentos do passivo (Ver Nota 15)		
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios de investimentos	1 991 692	2 447 314
	1 991 692	**2 447 314**

NOTA 30 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS

À data de 31 de dezembro de 2018 os Laboratórios Inpharma não tinham passivos contingentes relevantes nem compromissos não reconhecidos.

NOTA 31 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Desde 31 de dezembro de 2018 até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção neste Anexo.

NOTA 32 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais.

O Director Financeiro *A Directora Geral* *O Conselho de Administração*

/João Claude Pereira/ */Elisete Lima/* */Luis Vasconcelos/* */Sandra Coimbra/* */Ana da Cruz/*

Anexo B – Mapas contabilísticos

LABORATÓRIOS INPHARMA - INDUSTRIA FARMACÊUTICA, SA
NIF: 200361910
Sede: Praia - Zona Industrial de Tira Chapéu

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	Data de referência		
		31/12/2018	31/12/2017
	NOTA	VALORES	VALORES
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangiveis	3		
Terrenos e recursos naturais		2 225 528,00	2 225 528,00
Edificios e outras construcões		122 779 868,59	134 364 003,59
Equipamento basico		20 565 072,84	20 128 087,33
Equipamento de transporte		7 213 785,91	2 690 021,14
Equipamento administrativo		3 053 285,63	4 964 334,94
Outros activos fixos tangiveis		1 137 711,47	1 297 865,17
Activos intangiveis	3		
Outros activos intangiveis		887 445,57	2 404 462,57
Participações financeiras - metodo da equivalencia patrimonial,	4	1 540 000,00	855 000,00
Activos por impostos diferidos	5	3 135 523,00	3 135 523,00
total do activo não corrente		**162 538 221,01**	**172 064 825,74**
Activo corrente			
Inventarios	6		
Mercadorias		-	-
Produtos acabados e intermedios		60 127 704,00	62 677 664,87
Produtos e trabalhos em curso		3 343 992,00	1 131 830,55
Matérias-primas, subsidiírias e de consumo		102 792 605,06	83 301 638,02
Clientes	7	190 668 531,13	200 330 225,69
Estado e outros entes publicos	8	6 237 069,25	8 150 383,86
Outras contas a-receber	9	0,00	76 870,00
Diferimentos	15	2 031 399,00	1 660 285,44
Caixa e depositos bancarios	10	41 927 621,21	67 694 215,45
Total do activo-corrente		**407 128 921,65**	**425 023 113,88**
Total do activo		**569 667 142,66**	**597 087 939,62**
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO			
Capital proprio	11		
Capital realizado		100 000 000,00	100 000 000,00
Reservas legais		20 672 745,30	20 672 745,30
Outras reservas		273 362 210,32	238 702 557,62
Resultado liquido do periodo		75 225 026,07	93 803 974,63
Total do capital proprio		**469 259 981,69**	**453 179 277,55**
PASSIVO			
Passivo nao corrente			
Financiamentos obtidos	12	0,00	38 273 899,31
Total do passivo não corrente		**0,00**	**38 273 899,31**
Passivo corrente			
Fornecedores	13	47 831 127,92	31 573 025,07
Adiantamentos de clientes	7	1 659 716,80	1 659 716,80
Estado e outros entes publicos	8	3 804 432,01	26 625 621,89
Accionistas/socios	14	158 400,00	57 400,00
Financiamentos obtidos	12	38 273 898,31	36 923 685,00
Outras contas a pagar	14	6 687 893,93	6 348 000,00
Diferimentos	15	1 991 692,00	2 447 314,00
Total do passivo corrente		**100 407 160,97**	**105 634 762,76**
Total do passivo		**100 407 160,97**	**143 908 662,07**
Total do capital próprio e do passivo		**569 667 142,66**	**597 087 939,62**

O Director Financeiro ***O Conselho de Administração*** ***A Directora Geral***

/João Claude Pereira/ /Luís Vasconcelos/ /Sandra Coimbra/ /Ana Filomena da Cruz/ /Elisete Lima/

LABORATÓRIOS INPHARMA - INDUSTRIA FARMACÊUTICA, SA
NIF: 200361910
Sede: Praia - Zona Industrial de Tira Chapéu

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E
1 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODO		
	2018		2017
	NOTA	VALORES	VALORES
Vendas e Prestações de serviços	16	469 098 584,47	499 201 200,93
Variação nos inventários de produção	17	-337 799,42	-6 087 536,93
Gasto com mercadorias vendidas e materias consumidas	18	-191 112 146,52	-195 391 309,50
Resultado operational bruto		**277 648 638,53**	**297 722 354,50**
Fornecimentos e servicos externos	19	-56 195 105,32	-52 815 474,00
Valor acrescentado bruto		**221 453 533,21**	**244 906 880,50**
Gastos com o pessoal	20	-94 311 775,03	-88 012 943,33
Ajustamentos de inventarios (perdas/reversoes)	6	-5 648 165,09	965 008,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversoes)	7 e 9	1 568 672,00	884 205,90
Aumentos/reduções de justo valor	4	685 000,00	-237 975,00
Outros rendimentos e ganhos	21	3 094 018,74	3 182 825,93
Outros gastos e perdas	22	-2 724 665,16	-7 460 859,92
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		**124 116 618,67**	**154 227 142,08**
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	23	-19 513 746,85	-19 983 148,76
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		**104 602 871,82**	**134 243 993,32**
Juros e ganhos similares obtidos	24	464 322,25	1 975 141,31
Juros e perdas similares suportados	25	-4 621 168,00	-8 434 160,00
Resultado antes de Imposto		**100 446 026,07**	**127 784 974,63**
Imposto sobre o rendimento do período	8	-25 221 000,00	-33 981 000,00
Resultado líquido do período		**75 225 026,07**	**93 803 974,63**

Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		75 225 026	93 803 974,63
Resultado por acção básico (Escudos)	26	752 250	938 039,75

O Director Financeiro *A Directora Geral* *O Conselho de Administração*

/João Claude Pereira/ */Elisete Lima/* */Luís Vasconcelos/* */Sandra Coimbra/* */Ana Filomena Da Cruz/*

LABORATÓRIOS INPHARMA - INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, SA
NIF: 200361910
Sede: Praia - Zona Industrial de Tira Chapéu

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 1 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO		
		2018	2017
	NOTA	VALORES	VALORES
Metodo Directo			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		481 214 235	575 878 000
Pagamentos a fornecedores		(287 843 792)	(334 601 000)
Pagamentos ao pessoal		(73 603 550)	(78 794 467)
Caixa gerada pelas operações		119 766 893	162 482 533
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(47 124 394)	(39 762 000)
Outros recebimentos/pagamentos		(1 647 197)	19 247 000
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**70 995 302**	**141 967 533**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Activos fixos tangiveis		(7 953 099)	(4 831 000)
Activos intangiveis		-	(2 525 000)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangiveis		718 750	-
Juros e rendimentos similares		1 830 098	560 000
Dividendos		237 405	237 000
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(5 166 846)	(6 559 000)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a			
Financiamentos obtidos		(36 923 686)	(44 839 000)
Juros e gastos similares		(4 772 364)	(8 130 000)
Dividendos		(49 899 000)	(34 929 000)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(91 595 050)	(87 898 000)
Variação de caixa e seus equivatentes (1+2+3)		**(25 766 594)**	**47 510 534**
Caixa e seus equivalentes no início do período		**67 694 215**	**20 183 681**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**10**	**41 927 621**	**67 694 215**

O Director Financeiro *O Conselho de Administração* *A Directora Geral*

/João Claude Pereira/ */Sandra Coimbra/* */Luis Vasconcelos/* */Ana da Cruz/* */Elisete Lima/*

LABORATÓRIOS INPHARMA - INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, SA
NIF: 200361910
Sede: Praia - Zona Industrial de Tira Chapéu

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E
1 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em escudos - ESC)

RUBRICAS		Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital próprio
			Capital realizado	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado liquido do período	
POSICÕES NO INICIO DO PERÍODO 2017	1	11	100 000 000	20 672 745	206 446 343	-	74 505 731	401 624 820
ALTERACÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado liquido do período						-	93 803 975	93 803 975
RESULTADO EXTENSIVO	2		-	-	-	-	93 803 975	93 803 975
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERIODO								
	3		-	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES								
Aplicação de resultados do ano anterior					32 256 215	-	(74 505 731)	(42 249 516)
	4				32 256 215	-	(74 505 731)	(42 249 516)
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2017	1+2+3+4		100 000 000	20 672 745	238 702 558	-	93 803 975	453 179 277
POSICÕES NO INICIO DO PERÍODO 2018	1	11	100 000 000	20 672 745	238 702 558	-	93 803 975	453 179 277
ALTERACÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado liquido do período						-	75 225 026	75 225 026
RESULTADO EXTENSIVO	2		-	-	-	-	75 225 026	75 225 026
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERIODO								
	3		-	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES								
Aplicação de resultados do ano anterior					34 659 653	-	(93 803 975)	(59 144 322)
	4				34 659 653	-	(93 803 975)	(59 144 322)
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2018	1+2+3+4		100 000 000	20 672 745	273 362 210	-	75 225 026	469 259 981

O Director Financeiro

/João Claude Pereira/

O Conselho de Administração

/Sandra Coimbra/ */Luis Vasconcelos/* */Ana da Cruz/*

A Directora Geral

/Elisete Lima/

Anexo D – Relatório e parecer do Fiscal Único

Tel: +238 261 32 08
Fax: +238 261 32 09
www.bdo.cv

Av. Andrade Corvo, 30 - r/c
CP 63 Praia
Cabo Verde

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V.Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, como Fiscal Único, acompanhámos durante o exercício de 2018 a atividade dos Laboratórios Inpharma -Indústria Farmacêutica, SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, lidos em conjunto com o Relatório do Auditor Independente, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Praia, 16 de março de 2019

O FISCAL ÚNICO

António Pina Fonseca

António Pina Fonseca, em representação de
BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda.

BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda., Sociedade por quotas. Sede Av. Andrade Corvo, 30 - r/c. CP 63 Praia - Cabo Verde. Registada na Conservatoria do Registo Comercial da Praia sob o número 631. NIF 200 106 309. Capital 250 000 CVE.

A BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda., sociedade por quotas registada em Cabo Verde, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

Tel: +238 261 32 08
Fax: +238 261 32 09
www.bdo.cv

Av. Andrade Corvo, 30 - r/c
CP 63 Praia
Cabo Verde

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Acionistas dos Laboratórios Inpharma - Indústria Farmacêutica, SA

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras dos Laboratórios Inpharma -Indústria Farmacêutica, SA (adiante também designados por Inpharma ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 569.667 contos e um total de capital próprio de 469.260 contos, incluindo um resultado líquido de 75.225 contos), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Inpharma em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Relato Financeiro (NRF) adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF).

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA-*International Ethics Standards Board for Accountants*, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas neste código. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda., Sociedade por quotas. Sede Av. Andrade Corvo, 30 - r/c, CP 63 Praia - Cabo Verde. Registada na Conservatoria do Registo Comercial da Praia sob o número 631, NIF 200 106 309. Capital 250 000 CVE.

A BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda., sociedade por quotas registada em Cabo Verde, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

Outra informação - relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimentos que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas Demonstrações Financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado

de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Empresa em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a Empresa descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

- Comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria;
- Adicionalmente, declaramos ao órgão de gestão que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas;
- Das matérias que comunicamos ao órgão de gestão, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

Praia, 16 de março de 2019

António Pina Fonseca

António Pina Fonseca, em representação de
BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda.